



**POVOS INDÍGENAS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS
COMO REFERÊNCIAS PARA
SOLUÇÕES CLIMÁTICAS
JUSTAS: A EXPERIÊNCIA
DO FUNDO BRASIL**

F Fundo
Brasil



POR UM NOVO CICLO DE BEM VIVER	05
SOBRE ESTA PUBLICAÇÃO	08
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	11
RESILIÊNCIA CLIMÁTICA A PARTIR DA BASE: MODOS DE FAZER	13
Vale do Ribeira: autoidentificação quilombola e protocolo de consulta	17
Paraná: reconhecer-se comunidade tradicional com direitos	21
Xingu: vozes comunitárias para o reassentamento de ribeirinhos	25
Filantropia para justiça climática baseada na confiança	29
Vale do Javari: resistência em meio ao conflito	33
Maranhão: proteção do território na TI Arariboia	37
Acre: agrofloresta como estratégia de permanência	41
Piauí: pescadores em luta para proteger as águas	45
RAÍZES - FUNDO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA PARA POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	49
Raízes em resumo	54
Projetos nos seis biomas brasileiros	56
EXPEDIENTE	58





POR UM NOVO CICLO DE BEM VIVER



Os povos indígenas e as comunidades tradicionais no Brasil enfrentam desafios históricos e contemporâneos em sua luta pela preservação de seus territórios, cultura e modos de vida. Um dos mais recentes e emblemáticos embates é a questão do Marco Temporal, que tenta limitar o direito das comunidades indígenas às suas terras ancestrais. Essa tese, derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2023, mas transformada em lei pelo Congresso Nacional e atualmente em disputa na justiça, representa uma tentativa de minar os direitos conquistados ao longo de décadas de resistência.

Tanto a ciência quanto a prática nos mostram que os povos indígenas e as comunidades tradicionais são fundamentais para o equilíbrio do nosso planeta. Reconhecer e garantir seus direitos territoriais é uma forma de preservar seus modos de vida e todo um legado de saberes e práticas que garantem a reprodução da vida em harmonia com os ecossistemas dos quais todos nós dependemos.

O Brasil, com sua vasta extensão territorial, suas florestas tropicais e biomas altamente impactados pela ação humana, é um país altamente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas, que afetam de maneira desproporcional as populações que têm seus direitos continuamente violados. É o caso dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, de ribeirinhos e toda a diversidade de comunidades tradicionais existente em nosso país.

Em palestra recente, o professor Gersem Baniwa, liderança indígena da região do Alto Rio Negro e conselheiro do Fundo Brasil, afirmou que a crise que vivemos é socioclimática. Não há uma crise climática sem uma crise social, uma vez que as mudanças no clima e seus efeitos desiguais sobre populações e territórios decorrem das práticas humanas, produzidos e construídos por uma sociedade que se autodenomina civilizada, mas que está permeada pela barbárie, por violência, ódio, racismo, por cosmofofia, como disse Antônio Bispo.

As políticas públicas precisam avançar no sentido de assegurar as demarcações de terras indígenas e titulações de terras quilombolas. Também é necessário fortalecer os mecanismos de proteção ambiental, como forma de garantir os direitos constitucionais desses povos e comunidades, bem como a integridade dos biomas. Muito precisa ser feito para que se inicie no Brasil um ciclo de prosperidade que respeite as vocações tanto da Amazônia quanto da Caatinga, do Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, garantindo a floresta em pé, rios, mares e solos preservados e segurança e permanência no território para as futuras gerações.

Reconhecer a importância e o protagonismo das comunidades tradicionais e dos povos indígenas nessa construção e garantir seus direitos é uma questão de justiça e reparação histórica, mas também uma estratégia fundamental para a sobrevivência de todos nós.

Reconhecer a importância e o protagonismo das comunidades tradicionais e dos povos indígenas nessa construção e garantir seus direitos é uma questão de justiça e reparação histórica, mas também uma estratégia fundamental para a sobrevivência de todos nós. É urgente que os recursos e políticas cheguem a esses territórios, fortalecendo as organizações de base e possibilitando que as comunidades continuem sendo guardiãs de uma parte significativa da biodiversidade mundial.

Este é um dos grandes propósitos do Fundo Brasil de Direitos Humanos nesses 18 anos de existência: apoiar a construção de um país justo, inclusivo e sustentável a partir das bases e dos saberes e fazeres comunitários. Entendemos que este é o caminho para um futuro em que os direitos territoriais estejam plenamente assegurados e em que todos possam viver em um planeta saudável, com acesso a direitos fundamentais.

Esta publicação que você tem em mãos mostra, a partir das experiências práticas do trabalho do Fundo Brasil, caminhos de luta e construção de futuros mais justos, protagonizados por povos indígenas e comunidades tradicionais.



Foto: Josiane Nardaci Rodrigues/Acervo Fundo Brasil

Partindo desse percurso, chegamos ao momento atual, a construção do Raízes - Fundo de Justiça Climática para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, linha temática com a proposta de concentrar esforços e recursos nessa causa. Como organização filantrópica, o Fundo Brasil acumulou um repertório sólido e valioso que nos permite capilarizar recursos, chegar até as organizações de base em todo o país e a elas direcionar os apoios, fortalecendo-as e trazendo para o debate democrático caminhos de soluções locais, criadas e implementadas por quem sofre cotidianamente as violações de seus direitos.

Como você verá nas páginas a seguir, os povos indígenas e as comunidades tradicionais nos oferecem uma impressionante e valiosa diversidade de caminhos para a luta por uma transição climática justa para todas as pessoas. No Fundo Brasil, nos somamos a essa luta há 18 anos, entendendo que ela precisa ser de todos, e que a filantropia de justiça social e socioambiental tem um papel relevante a desempenhar nesse contexto. Um papel de fortalecimento comunitário e transferência de poder como forma de criar um novo ciclo de bem viver.



Foto: Indi Gouveia/Acervo Fundo Brasil

SOBRE ESTA PUBLICAÇÃO

A presente pesquisa parte do desejo de registrar as experiências de apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos a povos e comunidades indígenas e tradicionais. O objetivo é mostrar como esses apoios, feitos ao longo de toda a trajetória da fundação, construíram um percurso de atuação que resulta agora na criação do Raízes - Fundo de Justiça Climática para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais como um esforço concentrado de fortalecimento da causa, no momento em que apresenta a disponibilidade de recursos para tal.

As metodologias aplicadas foram análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise documental consistiu em uma imersão em relatórios narrativos e notícias de projetos de comunidades tradicionais e de povos indígenas apoiados pelo Fundo Brasil e que obtiveram resultados significativos na defesa de seus direitos. As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro prévio de perguntas, que não necessariamente foi seguido à risca, a fim de que as pessoas entrevistadas falassem livremente sobre os temas propostos. Foram entrevistadas lideranças de grupos e coletivos, além de pessoas da equipe da fundação diretamente ligadas ao tema.

Agradecemos por, gentilmente, cederem seu tempo e compartilharem seus conhecimentos e vivências:

Biná Huni Kuin, representante da Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27 (AC);

Dimas Gusso e Roberto Martins, da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF (PR);

Josefa de Oliveira, liderança do Conselho Ribeirinho (PA);

Kora Kanamari, liderança da Cooperativa de Preservação Etnoambiental e Autossustentável Kanamari da Aldeia São Luís (Vale do Javari/AM);

Maria Celeste de Sousa, líder do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP PIAUÍ (PI);

Olimpio Guajajara, liderança da Associação Indígena Ka'a Iwar - Guardiões da TI Arariboia (MA);

Tânia Moraes e Alex Moraes, representantes da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira EAACONE (SP/PR).

E ainda:

Ana Valéria Araújo e Juliane Yamakawa, respectivamente diretora executiva e assessora de projetos do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

As entrevistas com as lideranças permitiram compreender o impacto de seus projetos e atividades em seus territórios, no sentido de protegê-los e salvaguardar seus modos de vida. Também procuramos compreender, a partir da vivência dessas lideranças e seus coletivos, o impacto da filantropia no sentido de potencializar suas lutas.

Com a equipe do Fundo Brasil levantamos informações sobre o percurso que antecedeu a criação do Raízes, para construir uma linha do tempo do trabalho da fundação até essa iniciativa. Após a realização das entrevistas, sistematizamos os dados coletados que subsidiaram a escrita desta publicação.





Região da Volta Grande do Xingu.
Foto: Rebeca Roxani Binda/Acervo Fundo Brasil



POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais desempenham um papel fundamental na promoção da justiça climática, já que seus modos de vida estão intrinsecamente ligados à proteção dos biomas. A definição de comunidades tradicionais no Brasil abarca dezenas de grupos culturalmente diferenciados, que se caracterizam por formas próprias de organização social e que mantêm uma relação profunda e respeitosa com seus territórios e recursos naturais¹.

Entre esses grupos estão andirobeiras, apanhadores de sempre-vivas, caatingueiros, catadores de mangaba, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, ciganos, povos de terreiro, cipozeiros, castanheiras, faxinalenses, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, ilhéus, isqueiros, morroquianos, pantaneiros, pescadores artesanais, piaçabeiros, pomeranos, quebradeiras de coco babaçu, retireiros, seringueiros, vazanteiros e veredeiros.

A proteção às manifestações culturais indígenas, afro-brasileiras e de povos e comunidades tradicionais é garantida pelo artigo 215 da Constituição Federal Brasileira de 1988. No entanto, essas comunidades muitas vezes enfrentam ameaças, violências e perseguições devido à luta pela preservação de suas terras e culturas.

¹ <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>



Guardiões da TI Arariboia. Foto: João Laet/Repórter Brasil



RESILIÊNCIA CLIMÁTICA A PARTIR DA BASE: MODOS DE FAZER

UM CENÁRIO QUE PEDE AÇÃO URGENTE

Mais de 40% da população do mundo já está altamente vulnerável às transformações do clima, segundo relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)². O dado preocupante ainda ganha contornos mais específicos em países do Sul Global, que são estruturados historicamente a partir de acentuadas e múltiplas desigualdades raciais, de gênero, território e outras. Somada às injustiças fundiárias, ao racismo ambiental, ao sucateamento dos órgãos fiscalizadores e a seguidas ameaças a pessoas defensoras de direitos humanos e socioambientais, essa vulnerabilidade não se distribui de forma homogênea: ela se apresenta mais aguda para determinadas populações.

No Brasil, assistimos a seguidas catástrofes causadas pelo aquecimento global nos últimos anos, que ilustram bem a afirmação acima. Recentemente, a Amazônia registrou de seca histórica a enchentes que atingiram dezenas de municípios no Acre. O Pantanal vivencia queimadas de imensa extensão ano após ano. O Rio Grande do Sul submergiu em enchentes que atingiram 70% dos municípios. As ondas de calor se sucedem por todo o país, cada vez mais intensas. Os eventos climáticos extremos atingem todas as regiões brasileiras, mas causam mais perdas e mortes às populações e comunidades mais atingidas por violações de direitos: população negra e quilombola, povos indígenas e comunidades tradicionais, mulheres e pessoas LGBTQIA+, moradores de periferias urbanas e favelas estão entre os que vivenciam com mais intensidade a destruição, o isolamento, a fome, a falta de atenção à saúde e de condições para mitigar os danos e retomar a vida.

² Disponíveis em: <https://www.ipcc.ch/>



Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), nos últimos 35 anos os povos indígenas preservaram mais de 20% da vegetação nativa do Brasil³. Certamente, uma estatística relevante diante dos seguidos ataques que esta população sofre ao tentar defender suas terras de invasores, como madeireiros, grileiros, empresários, fazendeiros, narcotraficantes e outras ameaças à sua sobrevivência e bem-estar. Apesar do esforço e dos resultados surpreendentes diante da desproporcionalidade de forças, grande parte da fauna e flora brasileira vem sendo aniquilada, propiciando um desequilíbrio nos ecossistemas que impactam a vida de toda a população do país e também mundial.

O Brasil possui aproximadamente 500 milhões de hectares cobertos por florestas⁴. De acordo com dados obtidos pelo Serviço Florestal Brasileiro com base em pesquisas do IBGE, 97% dessa área é composta por florestas naturais. Só a floresta amazônica ocupa mais de 334 milhões de hectares do território nacional e 5% da superfície terrestre; por isso, é considerada a maior reserva de biodiversidade do planeta.

Contudo, somente em 2023 o Brasil perdeu mais de 1,8 milhão de hectares de vegetação nativa, segundo o MapBiomas, uma área similar ao estado de Sergipe. Além disso, metade da área de vegetação nativa perdida entre 1985 e 2023 fica na Amazônia, um dos estabilizadores do clima no continente, que somada a outras perdas de biomas brasileiros, impacta negativamente a dinâmica do clima regional e diminui o efeito protetor durante eventos climáticos extremos⁵.

Essa destruição irresponsável aniquila os diversos serviços ecossistêmicos prestados pelas florestas e essenciais à vida, como a água potável, solo fértil e regulação natural do clima. Além disso, induz à perda de oportunidades de fomento à sociobioeconomia⁶, que poderia ser feita pelos povos e comunidades que, ao longo da história detêm os conhecimentos sobre o manejo tradicional das florestas e dos demais recursos por meio de profundo conhecimento da biodiversidade. Essas práticas tradicionais promovem uma relação equilibrada com o meio ambiente, garantindo a continuidade dos serviços ecossistêmicos e a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

A necessidade de ações contundentes para frear os efeitos desse apocalipse climático é incontornável. Essas ações começam pela escuta e valorização dos saberes e fazeres de comunidades tradicionais e de povos indígenas, que desde sempre protegem o planeta.

Criado e operado por ativistas de direitos humanos ligados a uma ampla variedade de temas, o Fundo Brasil há 18 anos apoia a construção do protagonismo desses povos e comunidades nessa causa. Entre os mais de 1.600 projetos apoiados nesse período, aproximadamente um em cada quatro são de comunidades tradicionais e de povos indígenas. Isso significa colocar recursos nas mãos de quem está experimentando, fazendo e criando inovação a partir de seu território, buscando respostas efetivas a problemas de seu cotidiano.



³ Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/m9d00064.pdf>

⁴ Disponível em: <https://snif.florestal.gov.br/pt-br/os-biomas-e-suas-florestas>

⁵ Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/08/21/em-2023-a-perda-de-areas-naturais-no-brasil-atinge-a-marca-historica-de-33-do-territorio/>

⁶ Conceito vai além da defesa do fortalecimento de produtos da floresta, e carrega o prefixo 'socio' para evidenciar que a forma como as comunidades locais trabalham a economia na Amazônia, preservando sua diversidade, é fundamental para um desenvolvimento sustentável. Saiba mais em: <https://infoamazonia.org/2023/09/05/sociobioeconomia-se-transforma-na-amazonia-e-reconhece-papel-central-de-populacoes-tradicionais-para-desenvolvimento-sustentavel/>

Os editais, fundos emergenciais, cartas-convite e processos de formação e incentivo à articulação impulsionados pelo Fundo Brasil têm a interseccionalidade como princípio de atuação, entendendo que a precariedade, a exclusão e as violações de direitos no país são determinadas por raça, gênero, território e outros marcadores sociais da desigualdade. Nesse sentido, podemos dar

“Todo o nosso trabalho tem um olhar especial para povos indígenas e comunidades tradicionais, pois eles são sujeitos centrais desde a constituição do Fundo Brasil”

Ana Valéria Araújo,
diretora executiva do Fundo Brasil

como exemplo as organizações de mulheres quilombolas⁷, que enfrentam violações motivadas por racismo, sexismo e negação de direitos territoriais. Na metodologia do Fundo Brasil, projetos de apoio ao fortalecimento do protagonismo político dessas mulheres encontram apoio em linhas dedicadas ao enfrentamento ao racismo e aos direitos das comunidades tradicionais além, é claro, da luta por justiça climática.

Fundo Brasil em números

18

anos de atuação

1.690

projetos apoiados (até julho de 2024)

470

Mais de 470 projetos de povos e comunidades indígenas e tradicionais apoiados

14,5

Mais de 14,5 milhões de reais doados a povos e comunidades tradicionais

⁷ Saiba mais sobre gênero e justiça climática no livro “Vozes Femininas: por uma recuperação econômica verde e inclusiva”. Disponível em: <https://climainfo.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Livro-Vozes-femininas-versao-final-compressed.pdf>

As histórias contadas a seguir pelas lideranças dos grupos apoiados pelo Fundo Brasil ilustram e reafirmam a resiliência e a capacidade de adaptação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais frente às mudanças climáticas. Além disso, elas se cruzam em violações de direitos humanos, mas também em resistência e muito trabalho em prol do reconhecimento e da proteção de seus modos de vida.



Vale do Ribeira: autoidentificação quilombola e protocolo de consulta

A **Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE)** tem sua origem a partir do Movimento dos Atingidos por Barragens (MOAB). Fundada oficialmente em 17 de junho de 1995 no Quilombo de Praia Grande, em Iporanga (SP), essa assessoria foi criada para identificar, articular e organizar as comunidades quilombolas, além de acompanhar a luta delas pela preservação de seus direitos e territórios.

Conhecido por ser lar de dezenas de comunidades tradicionais no estado de São Paulo, sobretudo de comunidades quilombolas, não por acaso o Vale do Ribeira é também a região com a maior área contínua e preservada de Mata Atlântica, bioma de florestas tropicais que é o mais devastado do país.

O trabalho da EAACONE inclui a autoidentificação das comunidades, a recuperação de sua história, o apoio no reconhecimento junto aos órgãos públicos e o encaminhamento da documentação necessária para a titulação das terras coletivas enquanto áreas de quilombos. Além disso, a equipe de articulação auxilia na formação das associações comunitárias, que são essenciais para a gestão dos territórios quilombolas e para enfrentar as constantes ameaças que essas comunidades enfrentam.

Tânia de Moraes, liderança na organização, conta que esse trabalho fortalece a base das comunidades. “É estar indo nas casas das famílias, conversar. Mesmo quando acabam as oficinas, ainda restam dúvidas, e não é só dúvida sobre território: é sobre racismo também, porque muitas lideranças, às vezes, nem conseguem ver o racismo. É confiança entre lideranças e entre nós, quilombolas”, conta a articuladora.

Dificuldades vivenciadas no dia a dia das comunidades quilombolas são também uma expressão do racismo ambiental, expresso na negligência de infraestrutura básica a territórios habitados por pessoas negras e seus descendentes. São histórias como caminhos intransitáveis na temporada de chuvas, tornando desafiador a simples ida diária das crianças à escola.



Um dos pilares da atuação da EAACONE é a incidência política, organizando e articulando as comunidades para reivindicar seus direitos coletivos. Com o apoio do Fundo Brasil, a EAACONE tem conseguido manter o trabalho essencial de assessoria jurídica na luta por titulação das terras e também para questões como a defesa de lideranças criminalizadas e a garantia de direitos previdenciários. “Esse apoio nos permite continuar acompanhando de perto as 34 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, espalhadas por municípios como Iporanga, Eldorado, Barra do Turvo e outros”, afirma Tânia que faz visitas periódicas às comunidades quilombolas da região.

A equipe de articulação também foi fundamental na elaboração e lançamento do Protocolo de Consulta Prévia dos Territórios Quilombolas do Vale do Ribeira⁸, um documento que reafirma o direito das comunidades de serem consultadas de forma livre, prévia e informada sobre qualquer intervenção do Estado que possa afetar seus modos de vida, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁹. O protocolo se configura como uma solução local de promoção de justiça social, territorial e climática, já que delibera um conjunto de regras feitas pela própria comunidade quilombola que deve ser seguido pelo Estado ou demais organizações quando forem apresentar um projeto que impacta a comunidade.



⁸ Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-previa-dos-territorios-quilombolas-do-vale-do-ribeira-sp-2020/>

⁹ A Convenção 169 da OIT é um dos principais tratados internacionais sobre os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais no que diz respeito à sua organização e modo de vida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/deceto/D10088.htm#anexo72

“Queremos ser respeitados dentro de nossas culturas e ser consultados com antecedência sobre quaisquer medidas que afetem diretamente nossos territórios”, destaca André Moraes, outra liderança da EAACONE, enfatizando a importância da autonomia das comunidades quilombolas na gestão de seus destinos.

“Queremos ser respeitados dentro de nossas culturas e ser consultados com antecedência sobre quaisquer medidas que afetem diretamente nossos territórios”

André Moraes, liderança da EAACONE

O Protocolo de Consulta, apoiado também por uma ampla rede de instituições públicas e do terceiro setor, como o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União e o Instituto Socioambiental, tem sido uma ferramenta importante na defesa dos direitos territoriais das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. O documento garante a liberdade de escolha e de consentimento, além de reconhecer a existência da comunidade quilombola e seus direitos de ser e estar no território. Durante o processo de consulta, o protocolo também se mostra como um documento legítimo para que o poder público e as empresas conheçam a história, as tradições e a cultura quilombola.

ASSISTA

A Live “Lutando e Resistindo” do XXV Encontro das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, onde o protocolo de consulta foi lançado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=04Bpl3x-8yc&t=2462s>

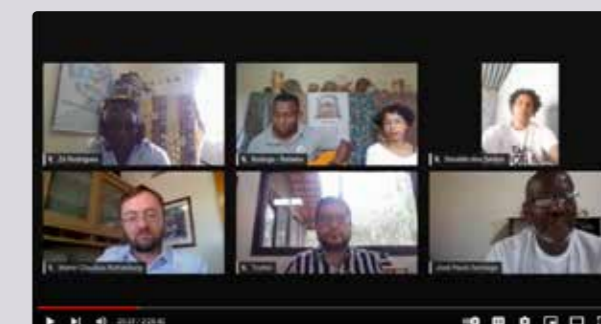




Foto: Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

Paraná: reconhecer-se comunidade tradicional com direitos

Na região Sul do Brasil está outra comunidade tradicional que luta pelos seus direitos de reconhecimento, defesa territorial e proteção de seus modos de vida. A **Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF)** é o movimento social que representa as comunidades dos faxinais paranaenses, cuja missão é defender e promover os direitos étnicos e coletivos, além de assegurar o acesso e a manutenção da territorialidade dessas comunidades.

Os faxinais são as áreas mais verdes no mapa do Paraná, estado cujo bioma preponderante é a Mata Atlântica. Estima-se que essas comunidades vivam na área há pelo menos dois séculos, existindo em meio a um delicado equilíbrio entre preservação e subsistência.

“Até 2005, ano que a APF foi criada, não havia uma organização política de representação do conjunto, que agregasse os diferentes faxinais do Paraná. Cada faxinal vivia de maneira isolada, sem ter uma representação política, no máximo por uma associação. A grande preocupação do primeiro pedido de apoio ao Fundo Brasil era consolidar essa organização política do movimento social”, explica Roberto Martins, professor e colaborador de longa data da APF.

Uma das principais iniciativas daquele período foi a criação de uma cartilha orientadora¹⁸ que detalhou os principais conflitos territoriais, os dispositivos jurídicos aplicáveis e as condutas recomendadas. Isto porque muitos dos faxinalenses desconheciam sua condição como sujeitos de direitos. A publicação foi uma ferramenta vital e didática de empoderamento e construção identitária dessas comunidades tradicionais.

Roberto conta que o principal conflito era com o agronegócio e a criação interna de acordos de uso comum do território. Essa é uma marca central da organização social faxinalense, principalmente no que refere à criação animal, ao extrativismo de pinheiro, plantas medicinais e à proteção dos recursos como as fontes de água.

¹⁸ Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/v2/uploads/files/CartilhaFaxinalenses2011.pdf>

“Outro conflito que surge é com os chacreiros, que são aquelas pessoas que moram na cidade boa parte do tempo e compram uma área dentro do faxinal; fecham essa área, isolando-a do uso comum. Tem também a utilização mesmo que proibida de veneno pelo agronegócio; e animais dos faxinalenses que são mortos e machucados, dentre outros conflitos.”, exemplifica Roberto.

O aumento gradual da capacidade de organização tem garantido em boa medida a defesa dos faxinais, assim como os acordos comunitários somados ao Protocolo de Consulta¹⁹, pelo fato de estarem salvaguardados por legislações municipais e estadual, o que pode gerar punições aos infratores que atentam contra o uso comum do território. De todo modo, a intensificação dos conflitos tem gerado todos os anos inúmeras ameaças, intimidações e tentativas de assassinato de lideranças faxinalenses, o que torna a defesa dos territórios a pauta central de luta, em conjunto com a da educação escolar.

“A lei sempre foi muito contrária a nós, é lei da propriedade privada”

**Dimas Gusso,
liderança faxinalense**

“As escolas do campo ainda não trabalham valorizando a nossa cultura, a nossa identidade para que esses jovens que estão sendo formados, a nova geração tenha orgulho de ser faxinalense. Essa é uma outra bandeira de luta do movimento; é uma estratégia para se pensar a longo prazo, de se trabalhar”, afirma Dimas Gusso, liderança faxinalense.



Foto: Marcio Isensee Sá/
Repórter Brasil

¹⁹ Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2021/03/Protocolo-de-Consultas-Faxinalenses.pdf>



Foto: Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses



Foto: Marcio Isensee Sá/Repórter Brasil



Rio Xingu. Foto: Verena Glass/Xingu Vivo Para Sempre/Acervo Fundo Brasil

Xingu: vozes comunitárias para o reassentamento de ribeirinhos



A construção da hidrelétrica de Belo Monte, inaugurada em 2011 em meio à floresta Amazônica, mais especificamente em Altamira, no Pará, retirou de seus territórios centenas de famílias ribeirinhas. O **Conselho Ribeirinho**, formado em 2016, é o coletivo que luta para mitigar as consequências dessas remoções e buscar reparação para as pessoas expulsas de suas casas nas ilhas e margens do Xingu, o que foi feito para dar lugar ao reservatório do empreendimento.

Josefa de Oliveira, liderança no Conselho Ribeirinho, viveu essa situação com seu pai, que inclusive foi levado à depressão.

“Ele foi expulso em 2015 e repetia que não sabia viver na cidade. Como ele iria se manter longe do rio? Porque ninguém podia voltar, ninguém podia nem pescar, fazer um rancho, não podia fazer nada. Agora ele está no processo de adaptação em uma área onde tem um solo que precisa ser trabalhado, que é totalmente diferente de onde ele morava, onde ele tinha toda a capacidade produtiva”, lamenta Josefa.

O Conselho Ribeirinho é composto por representantes das comunidades atingidas por Belo Monte. Atua para garantir que as vozes das famílias ex-



Margem do Rio Xingu. Foto: Marco Santos/Agência Pará

pulsas das margens do rio na construção da hidrelétrica sejam ouvidas no processo de reassentamento. Até a formação do Conselho, o processo vinha sendo gerido unilateralmente pela Norte Energia, a empresa controladora da hidrelétrica. O Conselho tem trabalhado ativamente para garantir que o retorno às margens do rio Xingu ocorra com dignidade e respeito aos direitos das famílias ribeirinhas.

“Para quem está com seus meios limitados, todo o recurso que chega é muito fundamental”

Josefa de Oliveira, liderança do Conselho Ribeirinho

O Conselho também tem enfrentado desafios significativos, incluindo a resistência da Norte Energia e a necessidade de uma forte mobilização social para garantir os direitos das comunidades. A criação de alianças com instituições como o Ministério Público Federal, o Instituto Socioambiental e a Universidade Federal do Pará tem sido importante. Essas parcerias têm fortalecido a capacidade de negociação e ajudado a avançar nas discussões sobre o território

Ouça o podcast Banzeiro, do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, disponível na plataforma Brasil de Direitos: <https://www.brasildedireitos.org.br/?s=XINGU+POD-CAST>



ribeirinho, que ainda são tensas, especialmente as audiências com a empresa Norte Energia.

“Quem está ali sofrendo com a escassez da pesca, com o barramento do rio? Quem está na parte que encheu? E na parte que ficou seca? No processo de reconhecimento das famílias, quando a gente vai apresentar a lista de pessoas que foram reconhecidas como impactadas por esse empreendimento, a empresa fala ‘mas a sua casa não tinha condições de moradia, sua casa era de palha ou então era coberta com uma lona’. O que essa empresa entende como moradia? Será que para ela a valorização, a integralização de uma pessoa nesse espaço de pertencimento se reduz a ter uma casa de cimento?”, questiona Josefa.

O Fundo Brasil tem apoiado ações de fortalecimento do Conselho Ribeirinho com recursos para logística, transporte, alimentação e infraestrutura para a realização de reuniões e atividades dos representantes das famílias nos processos de reassentamento. “Quando nós começamos a andar, o Fundo Brasil deu um suporte grande para gente. Porque nós somos uma organização que não é formalizada. Então, tivemos muito apoio em termos de reconhecimento, de dizer quem somos, de nos integrar nos espaços de discussões”, relembra a liderança.

Hidrelétrica de Belo Monte.
Foto: Bruno Batista/Agência Brasil



Foto: Ludmila Pereira de Almeida/Coletivo Pretas de Angola/Acervo Fundo Brasil



Filantropia para justiça climática baseada na confiança

O reconhecimento e a formalização dos grupos apoiados são questões que dificultam a chegada dos recursos à base. O modo de operar do campo da filantropia, de maneira geral, ainda é caracterizado pela burocracia excessiva e acesso a recursos não flexíveis, somado à prestação de contas complexa e que, muitas das vezes, pode não condizer com a realidade de territórios específicos.

A relação com as organizações que estão na ponta, lutando pela preservação de seus modos de vida e atuando pela mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, mesmo sob ameaças de vida, precisa ser baseada na confiança.

OUÇA

O episódio #13 da série Grantmaking do GIFE sobre a filantropia baseada na confiança. Disponível em: <https://gife.org.br/serie-grantmaking-episodio-13-confianca-na-filantropia/>



“As relações que construímos com as organizações apoiadas vão muito além do repasse de recursos. São verdadeiras parcerias”

Juliane Yamakawa,
assessora de projetos do Fundo Brasil

No caso de povos indígenas e comunidades tradicionais, o processo de repasse de recursos ainda é mais tortuoso. Embora sejam populações absolutamente relevantes, dentro do Brasil são invisibilizadas e desrespeitadas. No contexto internacional, fala-se sobre sua importância, mas não é o que se observa ao analisar os aportes direcionados a eles.

“Tem muito dinheiro, mas não nas mãos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Então, a briga ainda é para captar recursos para aquilo que é óbvio para o planeta: apoiar povos tradicionais no Brasil como um todo, porque todos os biomas são importantes e essas comunidades os preservam. Fora que são os primeiros a sofrer os grandes impactos, haja vista o que aconteceu no Rio Grande do Sul”, comenta Ana Valéria Araújo, diretora executiva do Fundo Brasil.

Cerca de 5% da população do mundo é composta por povos indígenas e comunidades tradicionais. Um número relativamente pequeno, mas eles guardam mais de 80% da biodiversidade mundial. Na contramão desses dados, durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2023 - a COP28, em Dubai - falou-se que menos de 1% dos financiamentos climáticos chegam diretamente nas mãos de povos indígenas e comunidades tradicionais. E isso mesmo diante do fato de que, já na COP26, em Glasgow (2021), foi fechado um acordo que previa 1,7 bilhão de dólares de financiamento para essas comunidades até 2025, a fim de viabilizar seu papel como protetores do território e aliados na luta contra a mudança climática¹⁰. Entretanto, ainda assim, apenas 7% do recurso chegou às bases.

Também merece menção o pouco engajamento do Investimento Social Privado (ISP) com o tema. Dados do Censo GIFE 22-23 mostram que, no quesito atuação direta, comunidades remanescentes de quilombo e terras indígenas tiveram investimento de apenas 10% e 7% das organizações, respectivamente¹¹.

Além disso, o Sudeste brasileiro se mantém como a região em que se concentra a maior atuação dos respondentes do Censo, enquanto o Norte concentra a menor. “De um lado, é reflexo da concentração econômica no país. De outro, expõe a necessidade do setor olhar para a região com mais atenção, visto que no Norte está a Amazônia e o papel central que ela desempenha na questão climática. Além de ser uma região com grandes desafios sociais”, lembra Gustavo Bernardino, gerente de programas do GIFE, em matéria publicada no portal da associação¹².

Essa realidade pede mudanças urgentes. É imperativo enxergar que mesmo os pequenos valores doados a grupos de atuação local, somados ao fortalecimento da autonomia desses grupos, são extremamente relevantes e transformadores. Esses apoios são uma estratégia da filantropia de justiça social e socioambiental que tem como objetivo capilarizar os recursos, garantindo



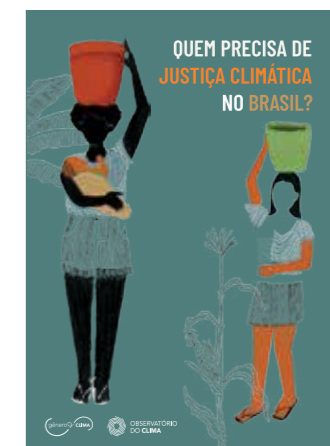
que eles cheguem efetivamente na ponta, às mãos das comunidades. Além disso, ajudam essas comunidades a aprimorarem suas capacidades de gestão desses recursos. É uma estratégia bem distinta do apoio a grandes organizações e precisa ser mais fomentada no campo.

Este é o papel das organizações que praticam uma filantropia baseada na confiança - uma prática que ainda precisa ser muito ampliada para aumentar a capacidade dos povos indígenas e das comunidades tradicionais de causar impactos positivos para o futuro de todo o planeta.

Outro ponto que merece destaque é o tema de mensuração de impacto do trabalho executado por grupos apoiados com recursos da filantropia para justiça socioambiental. Esse debate cada vez mais ganha atenção dos atores envolvidos. Viabilizar a vida de comunidades em seus moldes tradicionais não é uma tarefa simples e, tampouco, facilmente planilhada em números e notas fiscais que alimentam setores de monitoramento e avaliação¹³. É sobre garantir a permanência, salvaguardar as suas vidas e o trabalho que executam em prol do planeta.

BAIXE

O livro “Quem precisa de justiça climática no Brasil”. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/08/Quem_precisa_de_justica_climatica-DIGITAL.pdf



¹⁰ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2021-11-02/um-acordo-historico-para-os-indigenas-na-cop26-10-bilhoes-de-reais-para-protetor-as-florestas.html>

¹¹ Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2022-2023>

¹² Disponível em: <https://gife.org.br/especial-redegife-censo-gife-22-23/>

¹³ Leia mais sobre práticas alternativas de monitoramento e avaliação em: <https://redecomua.org.br/sentip-dir-o-que-importa-resgatando-sentido-em-sistemas-de-monitoramento-e-avaliacao/>

Portanto, captar recursos e colocá-los em suas mãos para que possam sobreviver e resistir são ações absolutamente impactantes para um objetivo maior, que é a adaptação à crise climática. Há uma meta imediata que é apoiar a luta por direitos dessas comunidades, que, lembramos, têm o direito à paz e de continuarem como são; mas também possibilitar que elas permaneçam em seus territórios de origem. “Apoiamos ações que, aos olhares menos atentos, parecem pequenas; mas o enorme potencial de transformação de pequenos apoios quando realizados diretamente para as organizações comunitárias e o somatório dos seus resultados são grandes avanços no caminho por justiça climática.”, explica Juliane Yamakawa, assessora de projetos do Fundo Brasil.



Foto: Cooperativa de Preservação Etnoambiental e Autossustentável Kanamari da Aldeia São Luís (COPEAKA)

Vale do Javari: resistência em meio ao conflito

No Vale do Javari, localizado no estado do Amazonas, vivem os povos Kanamari e Matsés. O extremo oeste da Amazônia, onde vivem esses povos, passou por um período de extrema vulnerabilidade às invasões de madeiros, caçadores e garimpeiros, especialmente na fronteira com o Peru. Por conta do desmonte da política indigenista nos últimos anos, que ganhou força com a ascensão da extrema-direita a espaços do poder institucional, essas atividades ilegais não apenas perturbaram os modos de vida dos indígenas, como também esgotaram os recursos naturais, como caças e peixes, comprometendo a segurança alimentar da população local.

A região enfrenta também outros desafios devido à violência e ao narcotráfico. Os rios fronteiros são utilizados como rotas principais para o tráfico de drogas, e a falta de fiscalização efetiva por parte de governos torna o rio uma zona sem lei. Essa situação coloca em risco a integridade das aldeias indígenas, levando jovens para atividades ilícitas e ameaçando a estrutura social, cultural e tradicional dos povos Kanamari e Matsés que habitam a área.

“O Vale do Javari é muito valioso. O governo federal, através da Funai, nunca fez um trabalho de proteção total, até porque nosso território é imenso. E aí, preocupado com os massacres de nossos parentes na floresta e a falta de autonomia, procurei saber qual seria a melhor maneira de proteger nossas terras”, explica Kora Kanamari, líder da **Cooperativa de Preservação Etnoambiental e Autossustentável Kanamari da Aldeia São Luís (COPEAKA)**, criada em 2007.

Foi quando ele reuniu 35 homens no centro da aldeia São Luís, e criaram o grupo Guerreiros da Floresta para defender o território de invasões. “Ninguém pode vir aqui, tirar nossos peixes, tirar nossa madeira e deixar a gente com fome, né? Isso foi uma decisão de todos nós!”, lembra Kora.



Fotos: Cooperativa de Preservação Etnoambiental e Autossustentável Kanamari da Aldeia São Luís (COPEAKA)



Com o apoio do Fundo Brasil, o grupo Guerreiros da Floresta conseguiu comprar equipamentos para patrulhar o Vale do Javari e construir duas bases de vigilância. Adquiriram rádios para comunicação, barcos de alumínio e motores 13HP e 15HP para as embarcações, monitorando assim suas terras, rios e afugentando invasores. “Agora, a comunidade dorme mais tranquila. Os parentes viviam assustados porque a qualquer momento do dia nosso território poderia ser invadido. Era uma agonia! Hoje, dormimos melhor”, orgulha-se Kora.

Para além da paz reconquistada, o trabalho da COPEAKA, que hoje conta com cerca de 50 pessoas entre homens e mulheres, propiciou o retorno de animais silvestres que servem de alimento para as aldeias e proporcionam equilíbrio ecossistêmico. “Vimos a volta do porco na beira do rio, andando na beira do lago. O aumento do bando de macacos: o barrigudo, o preto e o prego. Todos eles voltaram. Inclusive, o tambaqui e o pirarucu, peixes muito procurados em nossa região”, festeja Kora.

A fauna exerce um importante papel para o equilíbrio do ecossistema e também garante a segurança alimentar de indígenas, mas, para além disso, ela é parte constituinte da cultura dos povos originários. A relação que eles engendram com os animais é sagrada; e, muitas das vezes, determinadas espécies participam de rituais importantes nas aldeias, como é o caso da tona, uma ave nativa do estado do Maranhão utilizada no Ritual da Menina Moça, realizado a partir da primeira menstruação das indígenas¹⁴.

O trabalho da COPEAKA propiciou o retorno de animais silvestres que servem de alimento para as aldeias e proporcionam equilíbrio ecossistêmico. “Vimos a volta do porco na beira do rio, o aumento do bando de macacos: o barrigudo, o preto e o prego. Voltaram os peixes tambaqui e pirarucu”,

Kora Kanamari, liderança da COPEAKA

¹⁴ O Ritual da Menina Moça, também chamado de Festa do Moqueado, acontece quando a menina indígena tem a sua primeira menstruação. Simboliza a transição entre a infância e a chegada à vida adulta. Saiba mais em: <https://al.ma.leg.br/noticias/32051>



Olimpio Guajajara e os Guardiões da Floresta da Terra Indígena Arariboia. Foto: João Laet/Repórter Brasil

Maranhão: proteção do território na TI Arariboia

¹⁵ Segundo o relatório “Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2023”, publicação anual do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), mais de 400 casos foram registrados de violência. Os assassinatos de indígenas do povo Guajajara no Maranhão mantiveram-se em alta, em especial na TI Arariboia, que há anos é dilapidada por invasores. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi.pdf>

Segundo Olímpio Guajajara, líder da **Associação Indígena Ka’a Iwar – Guardiões da Terra Indígena Arariboia**, no Maranhão, a intensa movimentação de caminhões das madeireiras não só subtraiu grandes quantidades de ipês e cedros de seu território, mas também afugentou diversas espécies de animais silvestres, dentre elas a tona, essencial para a realização do Ritual da Menina Moça, que passou um longo período sem ocorrer, em uma nítida e absurda brutalidade contra sua cultura.

O trabalho dos Guardiões da TI Arariboia se assemelha ao dos Guerreiros da Floresta do Vale do Javari: defender suas terras e a floresta Amazônica dos mais variados tipos de invasores. Um trabalho que, muitas vezes, custa vidas¹⁵. “Há várias etapas de invasões: tem arrendamento, pastagens, desmatamento. Tem fazendeiro no entorno comprando as lideranças, oferecendo dinheiro pra poder plantar capim, arrendar ou desmatar. Já perdemos seis Guardiões nessa batalha durante esses 13 anos, especialmente com a expulsão dos madeireiros”, lamenta Olímpio.

Monitorar o território com eficiência depende de uma infraestrutura de deslocamento, com veículos, combustível e manutenção dos caminhos. Segundo a liderança, faltam estradas e é preciso “sair rasgando o mato” a pé ou em motocicletas. Com o suporte do Fundo Brasil, a associação conseguiu ampliar suas ações de vigilância territorial, com a compra de duas motos, e diminuir os episódios de incêndios criminosos que ocorriam na região, já que os órgãos fiscalizadores governamentais não conseguiam dar conta do problema.

“Garantimos a floresta em pé para toda humanidade!”

Olímpio Guajajara, líder da Associação Indígena Ka'a Iwar – Guardiões da TI Arariboia

“Era dia e noite de caminhão aqui dentro. E o Estado brasileiro simplesmente amarrou o pano na cara, tampou os ouvidos e costurou a boca. Fingiu que não estava vendo, nem ouvindo e nem falou nada. O impacto pior foi na vida do meu povo!”, indigna-se Olímpio.

Além disso, ele conta que a exploração de minérios na região trouxe divisões entre os indígenas, e que não houve uma repartição justa de valores indenizatórios. “Não precisávamos dessa compensação da Vale. Ela nunca foi negociada com meus avós, nem comigo e nem com ninguém. Eles mesmos vieram trazendo esses valores aqui para criar uma divisão interna e essa visão de depender de dinheiro. Meu pai não comprava arroz, não comprava farinha, não comprava nada. Tinha tudo para gente na floresta: bacuri, sapucaia, bastante caça. E aí começa essa ambição. Essa ilusão de ter dinheiro, acabando com a riqueza do nosso futuro, destruindo tudo”.

Proteger as florestas e proporcionar paz para que decidam como querem viver é a posição política de autodeterminação dos Guardiões da TI Arariboia. “A minha mãe às vezes fala comigo: ‘meu filho larga isso de mão, deixa isso daí’. Se eu largar, ninguém vai fazer. E aí tem que ser eu mesmo porque tenho filhos, já tenho netos. Então, enquanto eu tiver vida, eu tenho que proteger esses inocentes!”, afirma Olímpio.

A preocupação com as gerações futuras é algo que emerge nas histórias. As lideranças desejam um futuro de paz e prosperidade para seus descendentes, em que o território esteja livre de ameaças de quaisquer espécies e que consiga proporcionar a subsistência de seus habitantes. Este é o legado esperado pelos líderes nesse árduo trabalho de defesa das terras e de seus modos de vida.

Leia mais: Como o contrabando de madeira mata indígenas no Maranhão. Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/como-o-contrabando-de-madeira-mata-indigenas-no-maranhao/>



Guardiões da Floresta da TI Arariboia no Acampamento Terra Livre, em Brasília. Fotos: Airan Albino



Fotos: Organização dos
Agricultores Kaxinawa da
Terra Indígena Colônia 27



Acre: agrofloresta como estratégia de permanência

Pensar no futuro para os descendentes - e portanto, para todo o planeta - é uma dimensão intensamente presente na fala das lideranças indígenas. Biná Huni Kuin, da Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27, criada em 2003 no Acre, afirma que “tudo o que nós estamos construindo é para nossos netos, eles vão cuidar, zelar, amar, proteger e fazer mais”.

O objetivo da organização é proteger o meio ambiente, o território Huni Kuin, e preservar sua língua e cultura. Um de seus pilares de trabalho é o desenvolvimento e cuidado com o sistema agroflorestal, que combina o plantio de árvores com cultivos variados para consumo, comercialização e recuperação da natureza no local. O sistema agroflorestal tem sido fundamental para a recuperação ambiental e também como uma estratégia de prevenção contra a atração do narcotráfico para os jovens da região, que também faz fronteira com o Peru.

“É um ensinamento que a gente está trazendo para os nossos filhos. Ensinando algo que é importante: nossa cultura, nossa realidade, nossa dança, nossa medicina, nosso rapé. Então, através do projeto agroflorestal, a gente está trazendo tudo isso para essa juventude”, orgulha-se Biná.

Localizada na Amazônia legal, a TI Colônia 27 enfrenta desafios significativos devido à degradação ambiental circundante, com 70% de seu território coberto por pastagens e as áreas restantes cercadas por grandes fazendas de gado. A escassez de florestas primárias e a pressão das atividades agropecuárias aceleram o processo de esgotamento dos recursos naturais. Por isso, o projeto de reflorestamento apoiado pelo Fundo Brasil é fundamental para recuperar áreas degradadas e garantir a sustentabilidade do povo Huni Kuin.



“Os grandes fazendeiros foram destruindo ao redor do território, gerando um grande impacto ambiental. A gente vive no meio deles. Tivemos impacto nas madeiras, na caça, na pesca, nos igarapés. As fontes secaram e a gente teve que receber um caminhão-pipa para poder beber uma água. E mesmo com todas essas preocupações, a gente começou a trabalhar para poder trazer os nossos recursos naturais de volta, porque estão sumindo os peixes, a água, a floresta. Queremos nos fortalecer para garantir nossa floresta em pé!”, diz Biná.



“É um ensinamento que a gente está trazendo para os nossos filhos através do projeto de agrofloresta: nossa cultura, nossa realidade, nossa dança, nossa medicina, nosso rapé”

Biná Huni Kuin, líder da Organização dos Agricultores Kaxinawá da TI Colônia 27

A região também sofreu com crises sanitárias exacerbadas por enchentes severas que devastaram o município de Tarauacá (AC), impactando o abastecimento e aumentando os casos de doenças como a dengue e a Covid-19. Essas adversidades evidenciam a fragilidade da infraestrutura local e a importância do apoio contínuo para fortalecer a resiliência do povo Huni Kuin e sua capacidade de adaptação climática¹⁶.

Além disso, a Organização dos Agricultores Kaxinawá da TI Colônia 27 trabalha para criar açudes para a piscicultura consorciada com o sistema agroflorestal, o que vem contribuindo para a segurança alimentar deles. “Hoje, nossos recursos hídricos voltaram. A gente conseguiu construir alguns açudes. São oito poços no total”, alegre-se Biná.



¹⁶ Conheça a plataforma Brasil de Direitos e saiba mais sobre o povo Huni Kuin em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/na-menor-terra-indgena-do-acre-povo-huni-kuin-replanta-floresta-que-sumiu>



Fotos: Organização dos Agricultores Kaxinawa da Terra Indígena Colônia 27





Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) no 12º Grito da Pesca Artesanal em Brasília. Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Piauí: pescadores em luta para proteger as águas

A proteção de rios, mares, lagos e lagoas é vital para a saúde do planeta e para o bem-estar das comunidades que dependem desses corpos d'água. Eles desempenham um papel essencial na regulação climática, na manutenção da biodiversidade e no sustento de milhões de pessoas em todo o mundo. A falta de água potável para povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil, que possui grandes bacias hidrográficas, é inadmissível.

A perda de biodiversidade nas águas degradadas afeta intensamente comunidades ribeirinhas e pesqueiras. A destruição desses ecossistemas naturais reduz a resiliência do planeta às mudanças climáticas e aos desastres naturais.

Proteger os corpos d'água é, portanto, uma questão de sobrevivência para toda a humanidade. Esta é a luta de Maria Celeste, do **Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Piauí (MPP)**, que dedica sua vida à articulação e à mobilização para a defesa dos direitos sociais, políticos, ambientais e econômicos da comunidade pesqueira.

Com apoio do Fundo Brasil, dona Celeste promove a permanência das comunidades tradicionais pesqueiras em territórios ameaçados por grandes projetos que devastam a natureza e colocam em risco seus modos de vida. Ela enfrenta uma batalha contínua para garantir que o movimento pesqueiro seja reconhecido frente às autoridades, tenha sua voz ouvida e seus direitos respeitados, especialmente em áreas protegidas como a Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba (PI), que se estende entre os biomas Caatinga e Cerrado, além de zonas costeiras e marítimas.





Maria Celeste de Sousa, liderança do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Piauí. Foto: Acervo Fundo Brasil

ASSISTA



O documentário "Ventos do Delta": uma denúncia das comunidades frente aos perigos da instalação arbitrária dos parques eólicos na região do Delta do Parnaíba (PI). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYTpxSyCQ9Y>

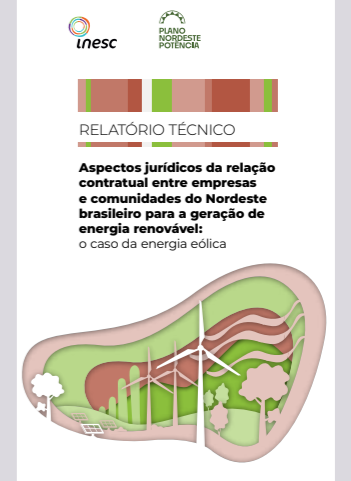


"Criamos um projeto de iniciativa popular para o reconhecimento dos pescadores. Saí por todo o Brasil em caravanas buscando assinaturas. Não tínhamos recurso algum e nem onde ficar. Às vezes, chegávamos de madrugada, com frio, ao relento e os companheiros vinham nos acolher", lembra dona Celeste, lenda viva do movimento pesqueiro que segue inspirando novos ativistas pelo Brasil afora.

O MPP Piauí, sob sua liderança, tem sido ativo nas denúncias e representações legais contra diversas ameaças, incluindo conflitos com parques eólicos e a expansão de resorts e hotéis que invadem as áreas das comunidades pesqueiras. A assessoria jurídica provou ser importante, tanto para ações de regularização fundiária quanto para a obtenção do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), além de contribuir com processos que tramitam em órgãos como o INSS, Defensoria Pública da União (DPU), Secretarias de Saúde, ICMBio, e os Ministérios Público Federal e Estadual.

BAIXE

O relatório técnico "Aspectos jurídicos da relação contratual entre empresas e comunidades do Nordeste brasileiro para a geração de energia renovável: o caso da energia eólica". Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/10/inesc-estudo-contratos_asentamentos-v3.pdf?x69356



Dona Celeste é tão respeitada e reconhecida no campo que foi convidada para um seminário no Rio Grande do Sul sobre a implementação de parques eólicos na Lagoa dos Patos¹⁷, meses antes das chuvas torrenciais que destruíram o RS. "Queriam colocar eólica lá dentro. Essa lagoa tem quase 300 km de extensão e era a maior lagoa produtiva do estado. Fui para o seminário para fazer a defesa de não colocar. Tinha que ver a quantidade de peixes, artesanato, a coisa mais linda do mundo. As pescadoras faziam brincos com as escamas dos peixes", lembra.

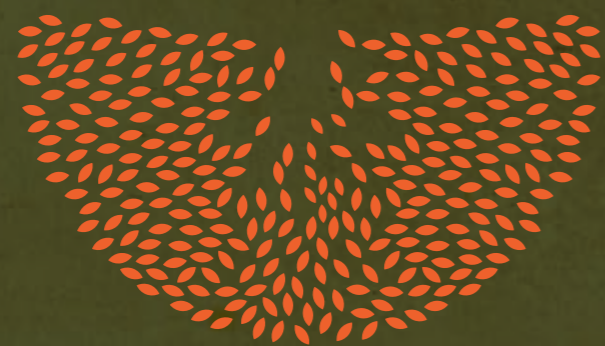
LEIA

O artigo "Sustentabilidade para quem(m)? Discussões em torno dos conflitos do projeto de instalação de Parques Eólicos na Lagoa dos Patos/RS na perspectiva da pesca artesanal". Disponível em: <https://revistaideas.ufrjr.br/ojs/index.php/ideas/article/view/350>



¹⁷ A Lagoa dos Patos é uma laguna localizada no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. É a maior laguna da América do Sul, com 265 quilômetros de comprimento, 60 quilômetros de largura, 7 metros de profundidade, e uma superfície de 10.144 km². Ambientalistas e pescadores apontam falhas no projeto de parques eólicos na Lagoa dos Patos. Saiba mais em: <https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/329987>





O

U

N

E

A

R

RAÍZES - FUNDO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA PARA POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Os mais de 470 projetos de povos indígenas e comunidades tradicionais apoiados pelo Fundo Brasil ao longo de 18 anos de atuação representam cerca de um quarto de todos os projetos apoiados pela fundação. São mais de R\$ 14,5 milhões colocados nas mãos de povos indígenas e comunidades tradicionais de base, atores que estão na linha de frente no enfrentamento às mudanças climáticas, trazendo para este debate os saberes e as práticas ancestrais sobre preservação do meio ambiente e vida em harmonia com a natureza.

A partir da experiência de todo o trabalho de apoio e fortalecimento a esses povos e comunidades ao longo dos anos, o Fundo Brasil deu em 2023 um novo passo no sentido de contribuir para a mitigação das consequências das mudanças climáticas no Brasil e no mundo: lançou o Raízes - Fundo de Justiça Climática para Povos e Comunidades Tradicionais.

Essa linha temática é um esforço concentrado de sensibilização dos atores da filantropia nacional e internacional, e de capilarização de recursos para o maior número e diversidade possíveis de povos indígenas e comunidades tradicionais, visando fortalecer seu protagonismo no debate climático, bem como o desenvolvimento de ações locais, a partir dos territórios, no combate às injustiças causadas pela emergência climática por meio de soluções climáticas justas.

Como já foi mencionado outras vezes, os povos indígenas, as comunidades quilombolas e as comunidades tradicionais são guardiãs da floresta e da biodiversidade em seus territórios, e isso beneficia o mundo todo. Apoiar sua luta é medida urgente, que contribui diretamente para a agenda climática a partir das soluções por eles apresentadas, como ficou demonstrado nas histórias apresentadas ao longo desta publicação.

Fortalecer suas formas de organização, ampliar suas vozes e contribuir para que incidam e influenciem o desenvolvimento de políticas públicas, para que essas políticas sejam construídas a partir da base, é também combater o desmatamento e os conflitos por terra, diminuir as emissões de carbono causadas por queimadas, proteger a biodiversidade do planeta e avançar no processo de uma transição climática justa e inclusiva.

“Fundos como o Raíces funcionam hoje como uma ferramenta essencial na urgência da realidade brasileira”

Ana Valéria Araújo, diretora executiva do Fundo Brasil

Em diálogo direto com organizações e lideranças indígenas e de comunidades tradicionais, e com um olhar interseccional para fortalecer o enfrentamento a múltiplas estruturas de discriminação e violência, o Raíces apoia organizações de base na Amazônia e nos demais biomas do país em suas ações de resistência, luta pelo direito à terra e preservação de seus territórios tradicionais, como estratégias para fortalecer aqueles que reconhecidamente são parte da solução para a crise climática que enfrentamos.

“Temos como premissa ouvir os ativistas de direitos humanos para a gente entender onde está mais precário, onde os recursos não estão chegando. Descobrimos essa necessidade, identificamos novos temas e caminhos para os quais desenhamos novas estratégias. Somos um fundo cuja governança é



Foto: Ekedj Rita Vasconcelos/
Instituto Ganga Zumba/Acervo Fundo Brasil

formada por pessoas representativas do campo dos direitos humanos. Fazemos continuamente leituras políticas do cenário brasileiro para organizar as prioridades”, explica Ana Valéria Araújo, diretora executiva do Fundo Brasil.

As lutas históricas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais para preservar seus territórios e modos de vida são, essencialmente, luta por justiça climática, uma vez que a efetivação dos direitos básicos dessas populações têm como consequência direta mais floresta em pé, mais rios e corpos d’água em geral preservados, permanência nos territórios com vida digna e sustentável para as pessoas, com menos emissões de carbono, como está fartamente demonstrado em estudos diversos.

“Esses mecanismos e estratégias, como o Raíces, se tornam tão relevantes porque são formas de fazer com que o dinheiro chegue às organizações de base através de um Fundo que já tem um conhecimento do campo. Já fazemos um processo de escuta há muitos anos e conseguimos fazer com que os recursos cheguem de maneira mais eficaz, mais rápida e também de forma flexível”, afirma a assessora de projetos do Fundo Brasil, Juliane Yamakawa.

Em 2022, a filantropa americana Mackenzie Scott anunciou uma doação ao Fundo Brasil. Esse aporte permitiu à fundação criar não apenas um edital específico, mas toda uma linha de atuação pela resiliência climática. “Uma linha voltada para as demandas de povos indígenas e comunidades tradicionais na



interface com o clima, que era uma coisa que a gente ainda não tinha conseguido fazer desta forma concentrada e contínua”, conta Ana Valéria.

O Raízes foi lançado em 27 de novembro de 2023, em um evento presencial na cidade de São Paulo que contou com uma roda de conversa na qual lideranças de povos indígenas e comunidades tradicionais refletiram sobre o que é justiça climática²⁰. Participaram Alessandra Korap Munduruku, da Associação Indígena Pariri, do Médio Tapajós, no Pará; Josefa Oliveira, do Conselho Ribeirinho e Movimento Xingu Vivo Para Sempre, de Altamira, Pará; Marileia Passos, da Associação Comunitária de Mangabeira e Povoados Vizinhos de comunidades de fundo e fecho de pasto, na Bahia; e Gersem Baniwa, liderança indígena do Alto Rio Negro, professor e conselheiro do Fundo Brasil.

O primeiro edital do Raízes, chamado “Comunidades Tradicionais Lutando por Justiça Climática”, selecionou 20 iniciativas dentre 409 projetos válidos inscritos. Cada um recebeu até R\$50 mil para desenvolver as atividades propostas em um período de até 12 meses. Organizações de todos os seis biomas brasileiros, de 14 estados das cinco regiões do país compõem a lista de projetos selecionados²¹.

Já o segundo edital, intitulado “Povos Indígenas Lutando por Justiça Climática”, selecionou 25 projetos entre 231 inscritos, que receberam valores de até R\$ 50 mil ou R\$ 100 mil, a depender do eixo do edital em que se enquadra

20 Leia mais sobre o evento em: <https://www.fundobrasil.org.br/fundo-brasil-lanca-linha-para-fortalecer-comunidades-tradicionais-e-povos-indigenas-na-luta-por-justica-climatica/>

21 Conheça os projetos em: <https://www.fundobrasil.org.br/comunidades-tradicionais-lutando-por-justica-climatica-veja-re-sultado-do-edital/>



Rio Amazonas.
Foto: Rayane de Almeida Penha/
Acervo Fundo Brasil



22 Conheça os projetos em: <https://www.fundobrasil.org.br/edital-povos-indigenas-lutando-por-justica-climatica-veja-a-lista-dos-grupos-selecionados/>

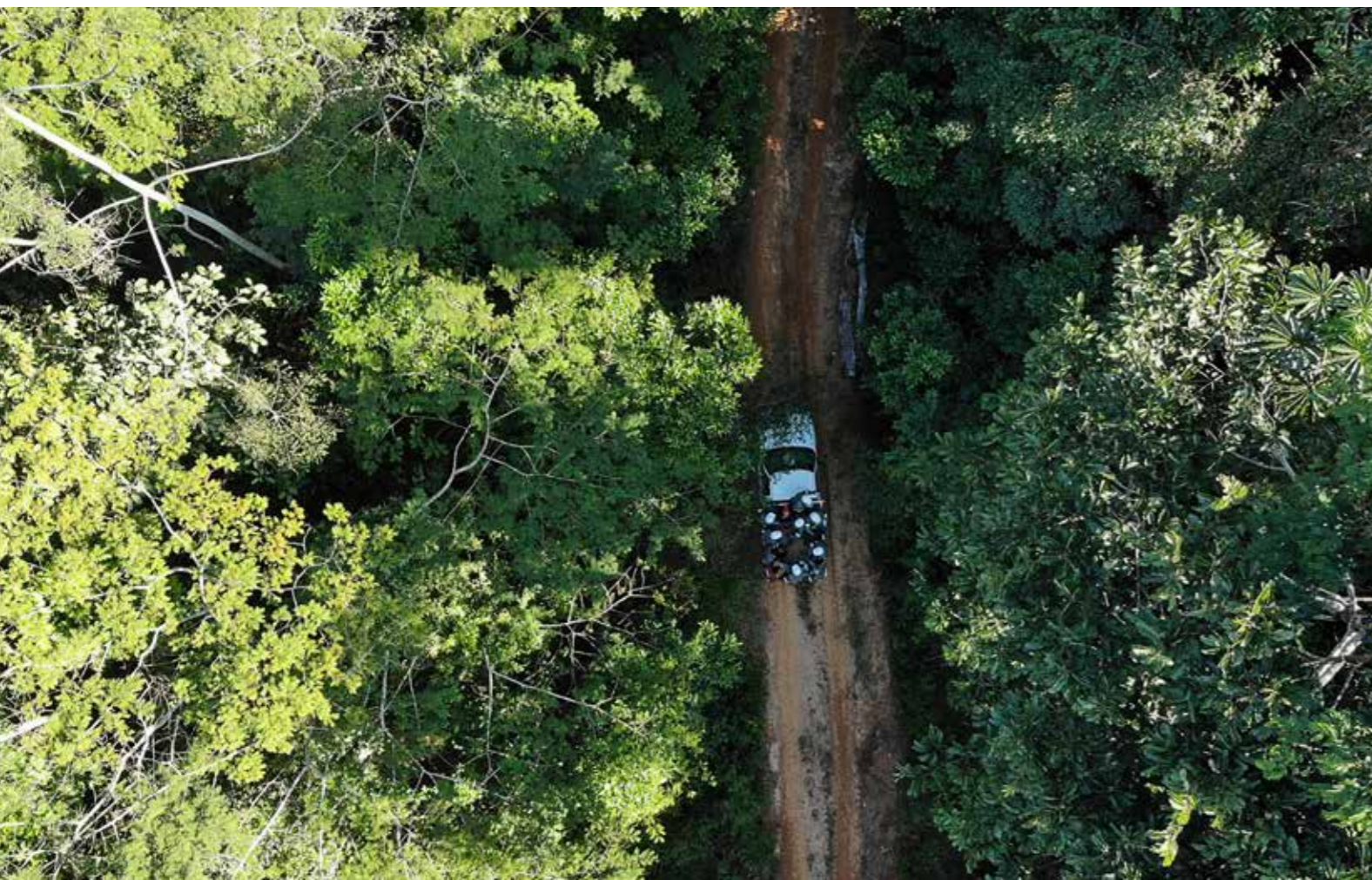
Floresta amazônica.
Foto: Alexandra Borba Suruí/
Acervo Fundo Brasil

o trabalho que está sendo desenvolvido. Os apoios deste edital foram feitos em três eixos, com um olhar prioritário, mas não exclusivo, para Amazônia e Cerrado. O Eixo 1, que apoia 10 iniciativas com até R\$ 50 mil cada, é voltado a alternativas produtivas e sociobioeconomia, e conta com parceria do Instituto Itaúsa. No Eixo 2, o enfoque é para monitoramento e gestão territorial, também com 10 propostas de até R\$ 50 mil. O Eixo 3 é para articulação e incidência e selecionou 5 propostas de até R\$ 100 mil cada. Do total, pelo menos 12 projetos apoiados são da Amazônia e do Cerrado²².

Com 45 projetos apoiados através de editais em todo o país nos 10 primeiros meses, o Raízes se apresenta como um esforço de concentrar as diversas iniciativas que o Fundo Brasil há muito conduzia nesse campo, multiplicando recursos e ampliando um olhar específico para a Amazônia e o Cerrado, sem deixar de alcançar também as especificidades dos demais biomas no país.

Com essa iniciativa, o Fundo Brasil pretende contribuir com ainda mais ênfase para elevar no debate público as vozes dos povos indígenas e das dezenas de comunidades tradicionais brasileiras, que são desproporcionalmente atingidas pelos efeitos dessa conjuntura política e natural que estamos chamando de crise climática. E, ao mesmo tempo, são profundos conhecedores de caminhos de futuro a partir de seus saberes e fazeres ancestrais. Tanto que recai sobre eles e elas, em grande medida, a expectativa de salvação do futuro.

Que tenham, então, protagonismo para incidir nas decisões que determinarão esse futuro para todos nós. É esse protagonismo que o Fundo Brasil apoia.



RAÍZES EM RESUMO



O QUE É

Raízes - Fundo de Justiça Climática para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais é uma iniciativa do Fundo Brasil de Direitos Humanos para apoiar a luta por direitos e por justiça climática e ambiental na Amazônia e nos outros cinco biomas brasileiros.



COMO FAZEMOS

Com um olhar interseccional, que traz para o centro das metodologias de seleção e apoio as intersecções de gênero, raça e território, Raízes fortalece coletivos, grupos, comunidades e organizações de base por meio de apoio financeiro e técnico. Esses apoios são voltados a ações de defesa de direitos, de proteção de recursos naturais, de formação e treinamento, de articulação e participação ativa de povos indígenas e comunidades tradicionais nos debates sobre os temas de justiça climática. Raízes também busca dar respostas a demandas emergenciais desses povos e comunidades.



APORTE INICIAL

Raízes começou a operar com 6 milhões de reais e conta com um plano para mobilizar novos recursos para ampliar seu alcance.



EDITAIS

Entre novembro de 2023 e julho de 2024, foram lançados 2 editais. O segundo, voltado a povos indígenas, recebeu recursos também do Instituto Itaúsa.



SELECIONADOS

Foram selecionados 45 projetos para serem apoiados, entre 640 inscrições



EMERGENCIAIS

Foram atendidos 5 pedidos emergenciais de suporte à proteção e defesa da vida e da integridade de defensores de direitos socioambientais



CLIQUE PARA LER A NOTA CONCEITUAL COMPLETA

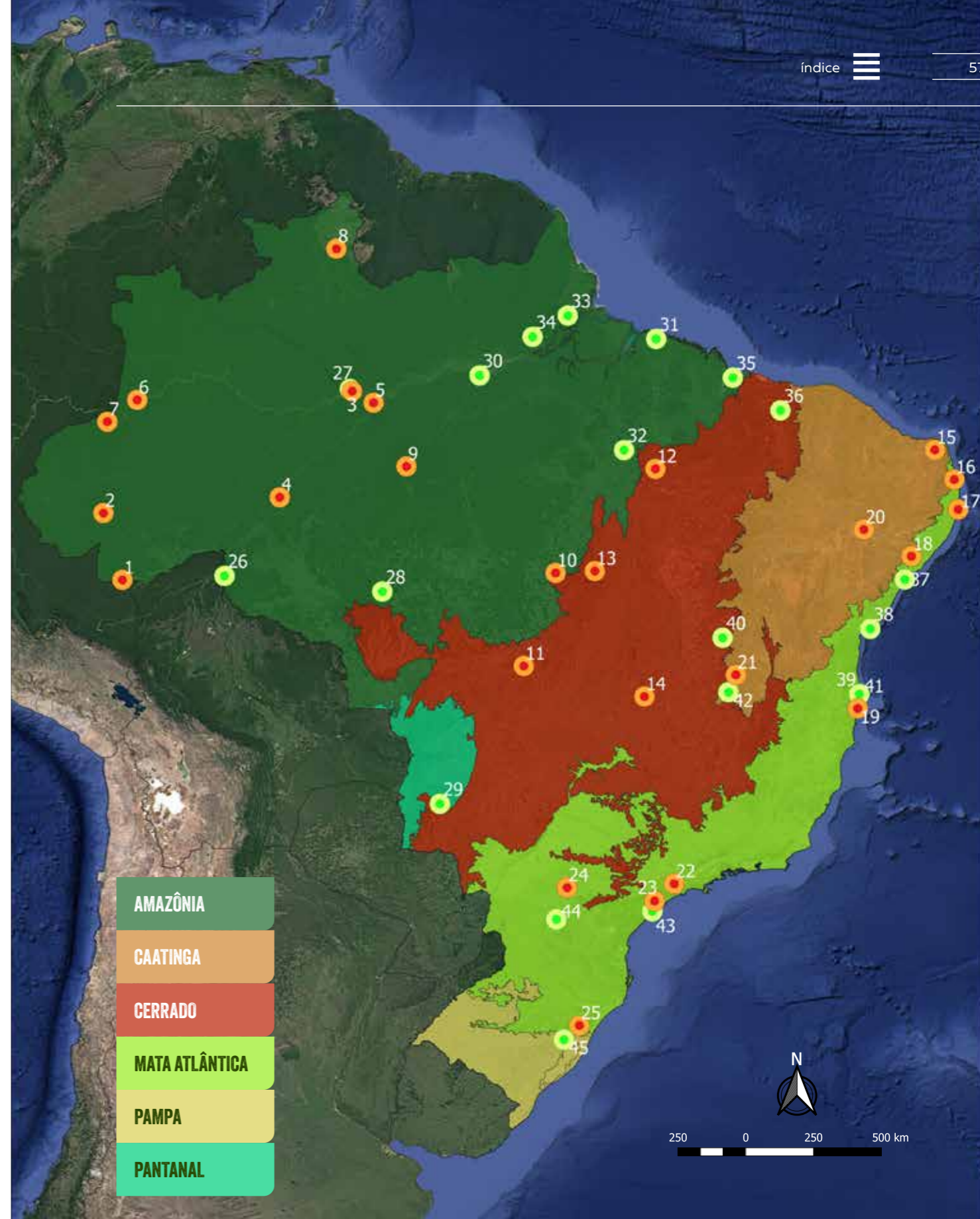
Raízes: projetos nos seis biomas brasileiros

EDITAL POVOS INDÍGENAS LUTANDO POR JUSTIÇA CLIMÁTICA


1	Manxinerine Ywptowaka
2	Associação de Seringueiros, Produtores e Artesãos Kaxinawá de Nova Olinda - ASPAKNO
3	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
4	Associação do Povo Indígena Juma - JAWARA PINA
5	Organização de Lideranças Indígenas do Careiro da Várzea - OLIMCV
6	Organização dos Kambebas do Alto Solimões - OKAS
7	Mulheres Artesãs Indígenas do Vale do Javari - MAI
8	URIHI Associação Yanomami
9	Associação das Mulheres Wakoborun
10	Coordenação e Organização Povo Indígena Apyãwa - COPIAP
11	Ação no Meio Ambiente Revolucionária - AMAR
12	Instituto de Desenvolvimento GWRÁ KO
13	Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Javaé da Ilha do Bananal - CONJABA
14	Articulação Nacional das Mulheres Indígenas, Guerreiras das Ancestralidades - ANMIGA
15	Associação Comunitária do Povo Mendonça Potiguara e Fórum Intersetorial de Professores e Lideranças Indígenas Mendonça
16	Associação Socioambiental Curica - Rede Curica
17	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Ne, MG e ES - Apoinme
18	Associação Indígena Ipioca II
19	Coletivo Arewá
20	Consórcio Agropecuária Indígena Tuxá - Rodelas (Caritu)
21	Associação Indígena Xakriabá Barra do Sumaré
22	Associação Comunitária Indígena Guarani Y V Y Pora - ACIGYP
23	Aldeia ko' Ju - Terra indígena Amba Porã
24	Associação das Mulheres Originárias do Apucarantina - AMOTIA
25	Associação JUG VÁJ BY TÍ JÓ VÃ (sonho de meu pai)

EDITAL COMUNIDADES TRADICIONAIS LUTANDO POR JUSTIÇA CLIMÁTICA

26	Coletivo de Jovens dos Povos e Comunidades Tradicionais de Rondônia
27	Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Ribeirinha e Tradicional do Jatuarana - AAFCRTJ
28	Rede Juruena Vivo
29	Associação dos Pescadores Artesanais de Iscas de Miranda
30	Coletivo Muvuca
31	Rede Cuira - Jovens Protagonistas dos Manguezais Amazônicos
32	Coletivo de Mulheres Quebradeiras de Coco-babaçu do Pará
33	Ilê Asé Akofá Ologunedè Aròminilè (Terreiro de Santo Expedito)
34	Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativista do Rio Iratapuru - COMARU
35	Comunidades tradicionais que reivindicam a Reserva Extrativista Tauá-Mirim
36	Associação de Mulheres Trabalhadoras do Coco Babaçu do Baixo Parnaíba Piauiense - AMTCOB
37	Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba Padre Luiz Lemper - ACCMPLL
38	Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais - Associação Mãe Palmeira
39	Associação dos Moradores, Agricultores e Pescadores de Poxim da Praia - AMAPPP
40	Associação Comunitária dos Pequenos Criadores e Agricultores do Fecho de Pasto de Bonito de Cima, Busca Vida, Bonsucesso, Caititu e Capão das Antas - ACBC
41	Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia
42	Associação dos Pequenos Agricultores Familiares da Comunidade da Venda
43	Associação Instituto Caiçara da Mata Atlântica (União dos Moradores da Jureia)
44	Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF
45	Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa



 Edital Povos Indígenas Lutando por Justiça Climática

 Edital Comunidades Tradicionais Lutando por Justiça Climática

RAÍZES
FUNDO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA
PARA POVOS INDÍGENAS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS

EXPEDIENTE

Equipe editorial

Edição: Allyne Andrade, Ana Valéria Araújo e Mônica Nóbrega

Coordenação editorial: Mônica Nóbrega

Pesquisa: Diego Cotta, Juliane Yamakawa, Mônica Nóbrega e Thainá Mamede

Produção: Diego Cotta, Juliane Yamakawa e Mônica Nóbrega

Texto: Diego Cotta

Revisão: Juliane Yamakawa, Mariana Rodrigues e Thainá Mamede

Projeto Gráfico: Rogério Escobar | Brazz Design

Cartografia: Lucas Coutinho

Fundo Brasil de Direitos Humanos

Instituidores

Abdias do Nascimento | 1914-2011

Margarida Genevois

Dom Pedro Casaldáliga | 1928-2020

Rose Marie Muraro | 1930-2014

Conselho de Administração

Mafoane Odara | Presidente

Gersem Luciano Baniwa

Janiele de Paula

Rafael Lins Bezze

Susy Yoshimura

Veriano Terto

Conselho Fiscal

Karla Battistella | Presidente

Erica Pereira de Souza

Gisela Sales Cordeiro

Marta Elizabete Vieira Santana (suplente)

Conselho Consultivo

Eloísa Machado de Almeida

Jorge Eduardo Durão

Marina Marçal do Nascimento

Marisa Peres

Paulo Carbonari

Viviane Menezes Hermida

Diretoria executiva

Ana Valéria Araújo | Diretora executiva

Allyne Andrade e Silva | Diretora executiva adjunta

Gerente Geral

Gislene Aniceto

comuá rede comuá
filantropia que
transforma

O Fundo Brasil integra a Rede Comuá –
Filantropia que Transforma*

**Fundo
Brasil**

Telefone: + 55 11 3256-7852

www.fundobrasil.org.br

[instagram.com/fundobrasil](https://www.instagram.com/fundobrasil)

twitter.com/fundobrasil

facebook.com/fundobrasil

youtube.com/fundobrasil

linkedin.com/company/fundo-brasil/

*A Rede Comuá cedeu parte dos recursos para a produção desta publicação

